

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 566.185 - RO (2020/0064253-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : FABRICIO AGOSTINI BENTO (PRESO)
ADVOGADO : RUAN VIEIRA DE CASTRO - RO008039
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por FABRICIO AGOSTINI BENTO contra decisão, de e-STJ fls. 73/74, da Presidência desta Corte, que indeferiu liminarmente a impetração ante o óbice do verbete sumular de n. 691/STF.

Em suas razões, sustenta a defesa, em apertada síntese, que a decisão agravada merece reforma, pois *"tanto o Supremo Tribunal Federal, quanto essa e. Corte possuem orientação jurisprudencial uníssona de que o núcleo da tipologia criminosa não é argumento apto para justificar o decreto/manutenção da prisão preventiva, tendo ambos superado diversas vezes inclusive a Súmula n. 691 do STF quando instados a se manifestar sobre tal questão [...]"* – e-STJ fl. 80.

Pois bem. A pretensão aqui veiculada perdeu o seu objeto tendo em vista o teor do ofício acostado às e-STJ fls. 92/103, no qual o Ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal comunica que concedeu a ordem de ofício *"para o fim de determinar a imediata soltura do paciente FABRÍCIO AGOSTINI BENTO, salvo se preso por outro motivo, sem prejuízo da imposição, pelo Magistrado de primeiro grau, se assim entender pertinente, das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal"* (e-STJ fl. 101).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o agravo regimental, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator